

Instituto de Pesquisas Ecológicas –
IPE

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPE

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:

Administradores e Diretores do

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPE** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do **Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPE** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil bem como aquelas aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como aquelas aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram por nós auditadas, tendo sido emitido relatório do auditor independente datado de 23 de maio de 2025, contendo ressalva relacionada à mudança de prática contábil no registro contábil de convênios e programas. Conforme descrito nas demonstrações financeiras do exercício corrente, a causa que deu origem à modificação no relatório do exercício anterior não afeta as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026.



Silvio Cesar Cardoso
Contador CRC 1SP 188.428/O-5

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

**RSM**

Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	2025	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2025	2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	110.293	108.985	Fornecedores	10	1.214	471
Contas a receber	-	878	263	Obrigações trabalhistas	11	685	585
Adiantamentos	5	7.478	6.928	Obrigações tributárias	12	296	250
Estoques	6	1.672	1.292	Outras contas a pagar	-	41	96
Outros créditos	-	125	392	Projetos de natureza privada	13	48.745	53.767
				Projetos a executar	14	26.890	29.073
				Adiantamentos de projetos (Receitas a apropriar)	15	6.257	936
TOTAL DO CIRCULANTE		120.446	117.860	TOTAL DO CIRCULANTE		84.128	85.178
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	-	35	35	Obrigações tributárias	12	-	28
Aplicações financeiras	4.1	104.752	53.458	Projetos de natureza privada	13	33.308	23.722
Adiantamentos	5	1.325	2.032	Projetos a executar	14	12.617	18.088
Fundo <i>Endowment</i>	7	15.966	14.300	Adiantamentos de projetos (Receitas a apropriar)	15	3.938	-
Imobilizado líquido	8	5.089	4.607	Obrigações com ativos de terceiros em formação	9	16.025	16.025
Ativos de terceiros em formação	9	16.025	16.025				
TOTAL NÃO CIRCULANTE		143.192	90.457	TOTAL NÃO CIRCULANTE		65.888	57.863
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio social	16.1	50.976	27.609
				Fundos patrimoniais	16.2	15.966	14.300
				Superávit do exercício		46.680	23.367
						113.622	65.276
TOTAL DO ATIVO		263.638	208.317	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		263.638	208.317

As demonstrações da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ
DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

Descrição	Nota Explicativa	2025	2024
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receita com projeto de natureza privada	13	62.118	42.272
Receitas de projetos executados apropriados	14	20.719	20.657
Receita de financiadores e doadores	17	8.410	13.955
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	18	11.870	5.987
Doação fundo Endowment	7	633	728
Receitas de trabalho voluntariado	23	548	533
		104.298	84.132
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custos com projeto de natureza privada	13	(51.103)	(37.757)
Custos de projetos executados apropriados	14	(20.719)	(20.657)
Custos com pessoal	19	(622)	(617)
Custos administrativas e operacionais	20	(1.650)	(2.609)
Prestação de serviços	21	(5.169)	(6.153)
Custos dos produtos vendidos	-	(58)	(46)
		(79.321)	(67.839)
RECEITAS OPERACIONAIS LIQUIDAS		24.977	16.293
DEPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	19	(1.572)	(1.362)
Despesas administrativas e operacionais	20	(2.643)	(1.848)
Prestação de serviços	21	(4.811)	(3.678)
Depreciações	8	(654)	(587)
Despesas trabalho voluntariado	23	(548)	(533)
Outras receitas e despesas	-	35	144
		(10.193)	(7.864)
RESULTADO DO PERÍODO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		14.784	8.429
Resultado financeiro líquido	22	31.896	14.938
Superávits dos exercícios		46.680	23.367

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávits dos exercícios	46.680	23.367
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>46.680</u>	<u>23.367</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>Patrimônio social</u>	<u>Fundos patrimoniais</u>	<u>Superávit do exercício</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		24.001	14.675	6.780	45.456
Resgate de aplicação Fundo Endowment	7	-	(728)	-	(728)
Transferência dos resultados do fundo endowment acumulado para o fundo patrimonial		-	353	-	353
Transferência do superávit para o patrimônio social		6.780	-	(6.780)	-
Ajustes de exercícios anteriores		(3.172)	-	-	(3.172)
Superávit do exercício		-	-	23.367	23.367
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		27.609	14.300	23.367	65.276
Resgate de aplicação Fundo Endowment	7	-	(633)	-	(633)
Transferência dos resultados do fundo endowment acumulado para o fundo patrimonial		-	2.299	-	2.299
Transferência do superávit para o patrimônio social		23.367	-	(23.367)	-
Superávit do exercício		-	-	46.680	46.680
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		50.976	15.966	46.680	113.622

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit dos exercícios		46.680	23.367
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades pelas atividades operacionais			
Depreciação	8	654	587
Baixa de ativo imobilizado	8	3	191
(-) Ajustes de exercícios anteriores	16.3	-	(3.172)
Superávits ajustados dos exercícios		47.337	20.973
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber		(615)	(60)
Estoques		(380)	(416)
Outros créditos e Adiantamentos		424	(8.788)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		743	182
Obrigações trabalhistas		100	294
Obrigações tributárias		18	(694)
Outras contas a pagar		(55)	47
Projetos de natureza privada		4.564	77.489
Projetos a executar		(7.654)	(23.290)
Adiantamentos de projetos (Receitas a apropriar)		9.259	936
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		53.741	66.673
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado	8	(1.139)	(2.220)
Acréscimo em aplicações financeiras		(51.294)	(4.649)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(52.433)	(6.869)
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.308	59.804
Caixa e equivalentes no início do exercício		108.985	49.181
Caixa e equivalentes no final do exercício		110.293	108.985
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.308	59.804

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

O IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas (“Instituto”), criado em 1992, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com o objetivo essencialmente de conservação da biodiversidade em bases científicas, atuando em pesquisas, formação de profissionais, educação ambiental e programas de geração de renda e negócios sustentáveis que ampliem a responsabilidade socioambiental de comunidades, empresários e formadores de opinião. O Instituto está domiciliado no Brasil, com sua sede social localizada no Km 47,5 da Rodovia Dom Pedro I, na cidade de Nazaré Paulista/ SP.

1.1. Reconhecimento, crescimento e continuidade operacional

Resultado da contribuição de cada pessoa com quem nos conectamos ao longo de nossa existência, além do crescimento destacado nas demonstrações financeiras, em 2024 nossa principal marca, firmou-se no fortalecimento de nossa cultura da horizontalidade, de valorização do empreendedorismo, da transparência e do engajamento intangível genuinamente interessado na perenidade de nossa agenda de conservação da biodiversidade, na sustentabilidade do planeta e no respeito a todas formas de vida existentes.

Neste contexto, 2024 destaca-se como o ano que, comemoramos 40 anos do programa de conservação do Mico Leão Preto, escalonamos um avanço substancial em nosso mapa de conservação da biodiversidade atingindo a marca de 10 milhões de árvores plantadas, ampliamos nossa atuação na conservação da Anta Brasileira até a Caatinga, intensificamos nossa atuação na Amazônia, na Bahia e no Espírito Santo, fortalecemos nossa atuação em educação ambiental e sustentabilidade através da nossa Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade-ESCAS e consolidamos relações de parcerias relevantes através da nossa Unidade de Negócios Sustentáveis-UNS.

Se em 2024 consolidamos uma história de quatro décadas atuando na conservação da biodiversidade brasileira, em 2025, a consolidação da nossa capacidade institucional de gerir e implementar iniciativas complexas e de alto impacto socioambiental positivo, ficou evidenciada na continuidade e ampliação de projetos existentes e no reconhecimento por parte de agentes externos. Evidenciados no escalonamento da restauração dos Corredores de Vida, superando 2 mil hectares por ano, na nossa capacidade de articulação em rede, principalmente na Amazônia com LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica e Agroecologia em Rede, na melhoria contínua de nossos processos, engajamento e capacidade de gestão, ocasionando a entrada do Projeto GEF/FUNBIO – Vidas Silvestres, no reposicionamento institucional, com participação ativa na COP30, no desenvolvimento de Comitê de Investimentos focado em uma gestão patrimonial ativa, na preparação cuidadosa do embarcando no IPÊ para novos Ipeanos e na valorização de cada conexão em nossos encontros de imersão realizados trimestralmente, com destaque para a imersão de 90 Ipeanos embarcados em uma vivências de três dias de campo no BRN – Baixo Rio Negro-AM em Julho/25, e finalizando com nosso costumeiro encontro de final de ano em Nazaré Paulista-SP, onde reunimos 114 Ipeanos e nosso Conselho para dialogar sobre Direitos Humanos, impacto socioambiental, realizações e resultados financeiros de nossos Projetos e Frentes de Atuação.

1.2. Abertura de Filiais

Em 2025, em continuidade a estratégia de crescimento estrutural e sustentável, pensando longo prazo (IPÊ30+), além das atividades de gestão e sustentabilidade iniciadas em 2024, intensificamos nossa atuação de governança no fortalecimento das estruturas institucionais, administrativas, financeiras, contábeis, de comunicação, tecnologia da informação, compras e contratações sustentáveis, compliance, direitos humanos e segurança jurídica.

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Como principais destaques em 2025, ampliamos a atuação de nossos projetos e fretes, principalmente de restauração e engajamento de comunidades, tivemos encontro de imersão institucional no Baixo Rio Negro-BRN, atualizamos nosso mapeamento de processos, concluímos a abertura das filiais Manaus-AM e no Pontal do Paranapanema-SP, ampliamos a abrangência do projeto de direitos humanos, intensificamos nossa presença digital via redes sociais e participamos da COP30 em Belém-PA.

Com as filiais, fortalecemos a atuação institucional e a operações dos projetos nos territórios/Site, fortalecendo a nossa missão de conservação da biodiversidade, o que deve refletir nas demonstrações financeiras futuras dos Projetos.

A primeira filial foi aberta em 18/12/2024, em Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo, no Site Pontal do Paranapanema, onde se desenvolve o Projeto Corredores de Vida, com sede à Rua Ricardo Fogaroli, nº 387, CEP 19.280-000, bairro Vila São Paulo, sob o CNPJ nº 66.831.223/0002-90.

A segunda filial sob o CNPJ nº 66.831.223/0003-70, foi aberta em 08/04/2025 e tem sede à Rua Estrela D’Alva, nº 146, Loteamento Morada do Sol, CEP 69.060-093, bairro Aleixo, em Manaus, Estado do Amazonas, no Site Baixo Rio Negro, onde atuam os Projetos Agroecologia em Rede, Re flora e Negando Educação Empreendedora na Amazônia

Por fim, destacamos que nossos resultados financeiros, consolidam-se em nosso reconhecimento aos profissionais, associados, conselheiros e parceiros, Pessoas Físicas ou Jurídicas, Entidades Públicas ou Privadas, nacionais ou Internacionais que, ao longo de nossa existência, apoiaram e acreditaram em nosso mapa dos sonhos de conservação da biodiversidade.

1.3. Renovação de Certificado de Entidade Ambientalista

A renovação do Certificado de Entidade Ambientalista foi realizada 21/03/2025 por meio do Decreto nº 46.655/02, para o exercício de 2025/2028, com validade 31/03/2028.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, considerando a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, o pronunciamento NBC TG 1.000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração do Instituto afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelos Administradores através da Reunião da Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal do Instituto em 24 de Abril de 2026.

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

Salvo pelas receitas com donativos, demais receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros.

As despesas do Instituto são apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo assim, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências, dentre outras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa as estimativas e premissas, pelo menos, uma vez ao ano.

d) Instrumentos financeiros

▪ Instrumentos financeiros não derivativos

O Instituto possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos patrimoniais, empréstimos a receber, fornecedores e projetos a executar.

Inicialmente, os ativos financeiros são contabilizados pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação existentes. Posteriormente, eles são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos e ajustados por perdas de redução de valor.

O Instituto registra a baixa de um ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa desse ativo, ou quando transfere esses direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais para outra entidade, em uma transação em que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Qualquer participação remanescente nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou canceladas. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

▪ Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos documentadas pelo Instituto. Após reconhecimento inicial, os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

▪ Derivativos

O Instituto não possui operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como não realizou operações com derivativos financeiros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com objetivo de especulação.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na liquidação das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras restritas são apresentadas no circulante e no não circulante levando em consideração a presunção estabelecida em contratos firmados com terceiros.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio das compras, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos.

g) Adiantamentos a prestadores de serviços

A Entidade realiza adiantamentos a prestadores de serviços, incluindo empresas e startups contratadas para a execução de atividades relacionadas a projetos de reflorestamento, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais. Esses adiantamentos, usualmente correspondentes a aproximadamente 30% do valor total contratado, são efetuados previamente à execução dos serviços e representam direito à prestação futura de serviços por parte dos fornecedores.

Os valores desembolsados são inicialmente reconhecidos no ativo como adiantamentos Startups, sendo classificados entre ativo circulante e não circulante, de acordo com o cronograma estimado de execução dos projetos e da correspondente prestação dos serviços.

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

À medida que os serviços são efetivamente prestados, os valores correspondentes são apropriados ao resultado do exercício, na rubrica de custos, conforme a evolução da execução contratual e em observância ao regime de competência.

h) Fundo patrimonial (Endowment)

A Entidade possui recursos recebidos a título de doação para constituição de fundo patrimonial (endowment), cuja destinação específica e exclusiva é a manutenção parcial das atividades pedagógicas da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade – ESCAS.

De acordo com os termos estabelecidos pelo doador, o montante principal do fundo deve ser mantido aplicado, sendo permitida a realização de saques periódicos pela Entidade. A Entidade está autorizada, por meio de um de seus representantes legais, a proceder com saques conforme sua conveniência, limitados ao montante mensal máximo de 0,5% do patrimônio do fundo à época, limite este denominado “Rendimentos Disponíveis”.

Os rendimentos auferidos pelas aplicações financeiras vinculadas ao fundo patrimonial são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em conta específica vinculada ao fundo, não impactando o resultado do exercício. Quando da realização de saques, os valores correspondentes são reconhecidos como receitas de doações no resultado do exercício, com a correspondente baixa no patrimônio líquido, no período em que ocorrem.

Os recursos do fundo patrimonial são apresentados no ativo não circulante, considerando a natureza de longo prazo desses recursos e as restrições existentes quanto à utilização do principal.

i) Ativo Imobilizado - Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear (Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC – TG 27)). Os itens do ativo imobilizado foram mensurados de acordo com a ITG 2002, conforme Laudos e Teste de *Impairment*, realizados pela empresa Global Consult Consultoria e Serviços Ltda, CNPJ 03.294.236/0001-76, CRC 3946/RS em 30/11/2017.

A depreciação é calculada de forma linear sobre o valor de custo considerando a vida útil estimada pela Administração, utilizando como base o estudo de vida útil realizado em 30/11/2017. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Descrição	Vida Útil Estimada
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Embarcações	25 anos
Veículos	5 anos
Casas pré-fabricadas	25 anos
Equipamento de informática	4 anos
Equipamentos científicos	10 anos
Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias Imóveis	25 anos

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. No exercício de 2025 e 2024 não houve alteração nos métodos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

j) Avaliação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Administração do Instituto revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

k) Recursos vinculados a projetos com restrição

A Entidade recebe recursos de doadores e financiadores destinados à execução de projetos específicos, cujos valores possuem restrição de uso conforme estabelecido nos respectivos instrumentos contratuais, termos de doação ou convênios.

No momento do recebimento, tais recursos são reconhecidos no ativo, principalmente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, bem como em outras contas relacionadas à gestão dos projetos, tendo como contrapartida o reconhecimento de passivo, principalmente na rubrica de projetos a executar, que representa a obrigação da Entidade de aplicar os recursos nas finalidades previamente estabelecidas.

Os saldos relacionados a esses projetos são classificados entre circulante e não circulante, de acordo com o cronograma estimado de execução dos respectivos projetos.

À medida que os projetos são executados e os recursos aplicados nas atividades previstas, os valores correspondentes são reconhecidos no resultado do exercício, em observância ao regime de competência, refletindo a realização das despesas vinculadas aos projetos e a correspondente redução das obrigações anteriormente registradas no passivo.

l) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a funcionários (vale alimentação, refeição e seguro de vida) são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como “não circulante”.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação igual ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

o) Receitas e despesas de trabalhos voluntários

Conforme estabelecido pela ITG 2002 (R2) – Entidades sem Finalidade de Lucros, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no superávit/déficit do exercício.

p) Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração do Instituto apresenta a demonstração dos fluxos de caixa de acordo com o Pronunciamento Contábil NBC TG 03 (R2) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), utilizando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa fundo fixo	<u>-</u>	<u>1</u>
Bancos conta movimento		
Recursos sem restrição – IPÊ	5.995	7.442
Recursos com restrição - Projetos a executar	9.162	7.864
Recursos sem restrição - Projetos em execução	146	3
	<u>15.303</u>	<u>15.309</u>
Aplicações financeiras		
Recursos sem restrição – IPÊ	20.040	13.647
Recursos com restrição - Projetos a executar	18.422	22.661
Recursos sem restrição - Projetos em execução	56.528	57.367
	<u>94.990</u>	<u>93.675</u>
	<u>110.293</u>	<u>108.985</u>

Os equivalentes de caixa são compostos pelo saldo do caixa geral do Instituto, pelos saldos das contas correntes bancárias de livre movimentação e pelas aplicações financeiras de curto prazo, que são prontamente conversíveis em dinheiro, e que estão sujeitos a risco insignificante de alterações no seu valor até sua efetiva conversão em caixa.

Os recursos com restrição foram analisados por meio dos contratos dos projetos vigentes, de acordo com a classificação de curto e longo prazo e, são verbas recebidas para custeio de atividades em projetos específicos e despesas determinadas (maiores detalhes na nota 14), previstas por termos e contratos, não podendo assim ser utilizados para outra finalidade que não seja a prevista e acordada.

4.1. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras, visando potencializar os recursos recebidos, são alocadas em circulante e não circulante considerando o cronograma executivo de cada projeto sem e com restrição. Sendo os projetos com restrição demonstrados na nota explicativa 14.

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

4.1 Aplicações financeiras (Não circulante)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundo Tribanco S.A. (a)	991	2.204
Aplicações de Projetos a Executar/Execução (b) e (b1)	45.649	16.815
Aplicações Banco BTG (c)	41.863	34.439
Aplicações Banco Itaú (d)	16.249	-
	<u>104.752</u>	<u>53.458</u>
Projetos sem restrições – Fundo Tribanco S.A. (a)	991	2.204
Projetos com restrições – Banco Bradesco S.A. (b)	11.989	16.815
Projetos sem restrições – Banco Bradesco S.A. (b)	33.412	-
Projetos com restrições - Banco do Brasil S.A (b1)	248	-
Projetos sem restrições – Aplicação Banco BTG (c)	41.863	34.439
Projetos sem restrição - Aplicação Banco Itau (d)	16.249	-
	<u>104.752</u>	<u>53.458</u>

(a) Tribanco S.A.

A rubrica contábil de aplicações financeiras do Banco Tribanco corresponde as aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDBs para cobertura de gastos com o projeto: Reserva institucional (100%). Os valores são decorrentes de repasses financeiros de projetos e recursos livres doados para a manutenção do Instituto, poderão ser utilizados em caso de eventos futuros incertos.

(b) Bradesco S.A.

A rubrica contábil de aplicações financeiras do Banco Bradesco corresponde as aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDBs para cobertura de gastos com os projetos: Projeto Biofilica Pachama no montante de R\$ 1.572, Projeto Biofilica no montante de R\$ 2.670, Projeto CAF Metlife no montante de R\$ 600, Projeto Lira Moore II no montante de R\$ 6.281, Projeto Pew – Pantanal no montante de R\$ 16, Projeto Natura II no montante de R\$ 220, Projeto União Química no montante de R\$ 495, Projeto Grupo Mais Unidos no montante de R\$ 135, Projeto Astrazeneca no montante de R\$ 33.412.

(b.1) Banco do Brasil S.A

A rubrica contábil de aplicações financeiras do Banco do Brasil corresponde as aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDBs para cobertura de gastos com os projetos: Projeto FNMC no montante de R\$ 177 e Projeto FNMA no montante de R\$ 71.

(c) BTG Pactual S.A.

A rubrica contábil de aplicação financeiras do Banco BTG Pactual corresponde as aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDBs para cobertura de gastos com os projetos: AstraZeneca no montante de R\$ 27.926 e Reserva institucional no montante de R\$ 13.253, Projeto Anta R\$ 684, sendo que estes valores são decorrentes de repasses financeiros do projeto e recursos estimados para despesas administrativas do Instituto e para prevenção de riscos relacionados que poderão ser utilizados em caso de eventos futuros incertos.

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(d) Banco Itaú Unibanco S.A

A rubrica contábil de aplicação financeiras do Banco Itaú Unibanco corresponde as aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDBs para cobertura de gastos com os projetos: AstraZeneca no montante de R\$ 16.249.

Em 31 de dezembro 2025 e 31 de dezembro de 2024 as aplicações financeiras são remuneradas às taxas que variam entre 50% e 133% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, Selic 0,08 a 0,09 e IPCA 5,63% a 9,50%.

O Instituto possui aplicações financeiras sem restrição de uso, classificadas no ativo não circulante, tendo em vista que, embora não haja restrições contratuais impostas pela instituição financeira quanto à sua movimentação, a expectativa da Administração é de que tais recursos sejam utilizados em prazo superior a 12 meses da data do balanço, em conformidade com o cronograma de utilização previsto.

5. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamentos	150	224
Adiantamentos com restrição	233	146
Adiantamento Startups (i)	8.420	8.590
	8.803	8.960
Circulante	7.478	6.928
Não circulante	1.325	2.032
Total	8.803	8.960

- (i) Refere-se, preponderantemente, aos adiantamentos efetuados para empresas de restauração florestal “Startups Rurais” relativos ao projeto de natureza privada, conforme nota explicativa 13. Trata-se de antecipações de pagamentos que financiam aporte inicial para aquisição de equipamentos, insumos, mobilização de equipes e início das atividades de plantio e manejo florestal. Esse modelo, além de mobilidade social, possibilita garantir agilidade na implementação dos projetos e fortalece parcerias com empresas inovadoras do setor ambiental.

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

6. Estoques

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamento de Entrega Futura	99	-
Estoque para revenda (i)	<u>44</u>	<u>42</u>
	143	42
Almoxarifado Central (ii)	626	100
Almoxarifado Astrazeneca (ii)	<u>903</u>	<u>1.150</u>
	1.529	1.250
	<u>1.672</u>	<u>1.292</u>

(i) *Estoque para revenda: Mercadorias revendidas pelo Instituto em seu site e fisicamente em loja localizada na sede em Nazaré Paulista;*

(ii) *“Almoxarifado”: Produtos adquiridos e armazenados, principalmente insumos agrícolas, para serem utilizados nas atividades de reflorestamento em projetos desenvolvidos em municípios localizados no interior do Estado de São Paulo denominado como Pontal do Paranapanema.*

7. Fundo Endowment

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Endowment Itaú Unibanco S.A. – Projeto ESCAS	<u>15.966</u>	<u>14.300</u>
	<u>15.966</u>	<u>14.300</u>

O Fundo Endowment Itaú Unibanco (IKOPORAN), denominado TOP 234 Multimercado FIC FI tem caráter permanente e foi originalmente formado por recursos de doações individuais, por meio de Instrumentos Particulares de Doação Modal, em 10 de julho 2007. Atualmente gerido pela empresa Pragma Gestão de Patrimônio Ltda, o fundo tem objetivo específica e exclusivamente à manutenção parcial das atividades pedagógicas da ESCAS (Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade). A transferência dos rendimentos auferidos do Fundo para o Instituto é anual, efetuada após a Reunião do Conselho Fiscal para a rubrica Fundo Patrimonial, limitado a 0,5% do patrimônio líquido do Fundo Endowment.

Em 2025, foi resgatado pelo IPÊ deste Fundo o montante de R\$ 633, e em 2024 R\$ 728. A taxa de rendimento e remuneração média em 2025 é de **4,1%** e em 2024 foi de 3%.

8. Imobilizado líquido

O ativo imobilizado do Instituto está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações.

Administração do Instituto não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

O Instituto realiza o cálculo da depreciação baseado na vida útil estimada dos bens, conforme quadro nota explicativa nº “3.g”. O quadro a seguir detalha a composição desta rubrica:

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Descrição	Terrenos	Edificações	Veículos	Embarcações	Equip. de Informática	Móveis e utensílios	Máq. e Equipos.	Imobilizado em andamento	Equipamentos Científicos	Casas Pré-Fabricadas	Instalações	Benfeitorias	Total
Saldos em 31/12/2023	696	541	505	30	112	39	1004	184	8	20	7	19	3.165
Valor residual													
Custo Total	696	716	1137	410	426	167	1428	184	36	47	15	24	5.286
Depreciação acumulada	-	(175)	(632)	(380)	(314)	(128)	(424)	-	(28)	(27)	(8)	(5)	(2.121)
Imobilizado líquido	696	541	505	30	112	39	1004	184	8	20	7	19	3.165
Adições	320	-	1.248	-	98	13	515	-	-	-	-	26	2.220
Baixa	-	-	-	-	-	-	(7)	(184)	-	-	-	-	(191)
Depreciação	-	(29)	(361)	(5)	(60)	(5)	(119)	-	(1)	(5)	(1)	(1)	(587)
Saldos em 31/12/2024	1.016	512	1.392	25	150	47	1.393	-	7	15	6	44	4.607
Valor residual													
Custo Total	1016	716	2.154	410	522	179	1.938	225	36	47	15	50	7.308
Depreciação acumulada	-	(204)	(762)	(385)	(372)	(132)	(545)	(225)	(29)	(32)	(9)	(6)	(2.701)
Imobilizado líquido	1.016	512	1.392	25	150	47	1.393	-	7	15	6	44	4.607
Adições	-	-	-	-	29	27	265	428	-	390	-	-	1.139
Baixa	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Depreciação	-	(29)	(391)	(4)	(64)	(6)	(135)	-	(2)	(19)	(2)	(2)	(654)
Saldos em 31/12/2025	1.016	484	1.001	18	115	68	1.522	428	5	391	4	42	5.089
Valor residual													
Custo Total	1016	715	2.123	395	551	206	2.203	428	36	437	15	50	8.175
Depreciação acumulada	-	(231)	(1.122)	(377)	(436)	(138)	(681)	-	(31)	(51)	(11)	(8)	(3.086)
Imobilizado líquido	1.016	484	1.001	18	115	68	1.522	428	5	386	4	42	5.089
Taxa de depreciação (%)	-	5%	20%	5%	25%	10% a 12%	10% a 15%	-	10% a 15%	5%	10%	4%	

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

9. Ativos de terceiros em formação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
RVE'S para cessão futura – Projeto Biofílica Pachama (a)	8.025	8.025
RVE'S para cessão futura – Projeto Biofílica II (b)	8.000	8.000
	<u>16.025</u>	<u>16.025</u>

(a) Projeto a executar e direitos de cessão de RVE's – Projeto Biofílica Pachama

Refere-se ao desenvolvimento da iniciativa Corredores de Vida realizada no Oeste Paulista, onde o Instituto atua em três pilares: (i) conservação da biodiversidade, (ii) geração de renda e (iii) melhoria no clima. Desde 2021, as atividades foram ampliadas através da integração de projetos de carbono que visam a restauração de paisagens em propriedades rurais no Pontal do Paranapanema.

Para atingir esse objetivo, o Instituto estabeleceu em 2022 uma parceria com a empresa Biofílica Ambipar Environmental Investments S.A, por meio de um contrato que envolve a cessão dos direitos de verificação e emissão de créditos de carbono - RVE's - gerados a partir das áreas verdes de proprietários rurais parceiros do Instituto. O valor inicial do contrato foi de R\$ 7.270, com um valor adicional de R\$ 755 recebido durante o exercício de 2022, resultando em um saldo final de R\$ 8.025 nas contas de Ativo Intangível e Adiantamento de cliente. Esses valores continuam os mesmos em 2025 uma vez que os RVE's ainda não foram gerados pois o projeto está em andamento.

Essa parceria permitirá ao IPÊ ampliar a área de corredores ecológicos já existentes na região desde 2002, com 5,2 milhões de árvores plantadas, e gerar créditos de carbono através da restauração da vegetação natural da Mata Atlântica. O objetivo é instalar 150 milhões de novas árvores em várias áreas, com uma soma total de 75.000 hectares, responsáveis pela geração de aproximadamente 28 milhões de créditos de carbono AR. Ao longo de 44 anos, essas árvores removerão mais de 36 milhões de tCO₂eq da atmosfera. Os créditos serão vendidos no mercado voluntário de carbono, utilizando os padrões de certificação VCS e CCB do VERRA, seguindo a Metodologia CDM: AR-ACM0003 – (Grande Escala) Arborização e reflorestamento de terras, exceto áreas alagadas.

Esses RVE's, no ato de celebração do contrato, foram cedidos e transferidos à Biofílica Ambipar Environmental Investments S.A de forma definitiva, irrevogável e irretratável com “entregas futuras”, por isso reclassificado como “ativos de terceiros em formação”. As entregas estão previstas de acordo com o cronograma abaixo.

Cronograma previsto:

Cronograma de Entrega da Atividades		
Quantidade de RVES contratado	Período de Execução	Data de Entrega
22.953	2021-2026	30/06/2027
32.432	2027-2031	30/06/2032
18.972	2032-2036	30/06/2037
13.461	2037-2041	30/06/2042
8.531	2042-2045	30/06/2046

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(b) Projeto a executar e direitos de cessão de RVE's – Projeto Biofílica II

Em 03/01/2022 foi assinado outro contrato com a empresa Biofílica Ambipar Environmental Investments S.A com a finalidade de ceder os direitos de verificação e emissão dos créditos de carbono RVE's originados em áreas verdes de três novos parceiros do Instituto localizados na região do Pontal do Paranapanema (SP) - Fazenda Daniel, Fazenda Matuto do Bernal e Fazenda Santa Rosa. Este novo acordo amplia a responsabilidade do IPÊ em recuperar a vegetação natural da Mata Atlântica em áreas degradadas e restaurar corredores ecológicos. O projeto total representa um investimento de R\$ 8.000, sendo recebido (i) R\$ 5.600 em 2022, (ii) R\$ 1.600 em 2023 e (iii) R\$ 800 em 2024.

Durante 25 anos, este novo contrato prevê a criação de 94.421 unidades de RVE's para serem concedidos à Biofílica, de acordo com as mesmas regras e orientações estabelecidas no contrato anterior. Há a possibilidade de sua renovação por meio de um termo adicional acordado entre as partes. Consequentemente, assim como no contrato anterior, as contas de Ativos de Terceiros em Formação e Adiantamento de Cliente associadas a este projeto manterão o mesmo saldo até a finalização da primeira etapa do projeto, programada para junho de 2027, seguindo o cronograma previsto:

Cronograma de Entrega da Atividades		
Quantidade de RVES contratado	Período de Execução	Data de Entrega
17.465	2023-2026	30/06/2027
31.981	2027-2031	30/06/2032
20.260	2032-2036	30/06/2037
14.003	2037-2041	30/06/2042
10.712	2042-2046	30/06/2046

A Entidade optou em períodos anteriores em registrar esses ativos em formação tendo uma rubrica do passivo como contrapartida que demonstra de maneira equânime a obrigação tendo em vista que não vai auferir benefícios futuros sobre esse ativo em formação.

10. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da rubrica contábil de Fornecedores no montante de R\$ 1.214, sendo R\$ 244 com restrição (R\$ 471 em 31 de dezembro de 2024) era composto por gastos com fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de escritório, limpeza e alimentos, bem como a contratação de prestadores de serviços.

11. Obrigações trabalhistas

	2025	2024
Provisão de férias e encargos	232	160
Provisão de férias e encargos com restrição	121	109
Salários, ordenados e encargos	152	110
Salários, ordenados e encargos com restrição	118	154
IRRF sobre folha de pagamento	48	44
IRRF sobre folha de pagamento com restrição	11	-
Pis sobre folha de pagamento	2	2
Pis sobre folha de pagamento com restrição	1	-
Contribuições sindicais a pagar	-	6
Total	685	585

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

12. Obrigações tributárias

	2025	2024
IRRF sobre prestação de serviços	2	4
CSRF – Contribuições sociais retidas na fonte	4	13
INSS retido	5	3
ISS retido sobre prestação de serviços	157	96
ICMS a recolher	1	6
Cofins a recolher (a)	94	51
Cofins parcelado a recolher	16	100
ISS a recolher	17	5
Total	296	278
Circulante	296	250
Não circulante	-	28
Total	296	278

a) COFINS: corresponde ao COFINS sobre suas receitas financeiras, restabelecido pelo Decreto nº 8.426/2015 e conforme previsão legal com base na Lei 10.865/2004.

13. Projetos de natureza privada

Em 10/07/2023 o Instituto celebrou contrato com a empresa farmacêutica internacional Astrazeneca UK Limited (AZ) interessada em se tornar detentora de Créditos de Carbono para compensar suas próprias e/ou de terceiras emissões de gases de efeito estufa.

No caso deste contrato, o Instituto deve executar serviços de reflorestamento em áreas no Pontal do Paranapanema para reduzir as emissões causadas pelo desmatamento e pela degradação florestal, sendo que a Biofilica Ambipar Environmental Investments S/A ("Biofilia") entra como co-desenvolvedora, transferindo os créditos de carbono gerados pelas atividades do IPÊ para a AZ, de acordo com um cronograma de entrega das atividades.

Pelo contrato, este projeto se encerra em 31 de dezembro de 2056, incluindo quaisquer direitos de prorrogação. Também prevê, para cada parcela recebida, a emissão de uma nota fiscal de serviço pelo Instituto.

Cronograma de Entrega da Atividades		
Quantidade de Hectares	Descrição da Atividade	Período de Execução
1.250	Formalização de parceiras com proprietários de terras	01/2023 a 05/2023
1.250	Produção de mudas	03/2023 a 12/2023
1.250	Plantios	09/2023 a 05/2024
1.250	Manutenção	09/2023 a 09/2026
1.250	Resultado monitoramento do CCB	09/2024
2.000	Formalização de parceiras com proprietários de terras	06/2023 a 05/2024
2.000	Produção de mudas	12/2023 a 10/2024
2.000	Plantios	05/2024 a 05/2025
2.000	Manutenção	05/2024 a 05/2027
2.000	Resultado monitoramento do CCB	05/2024
2.750	Formalização de parceiras com proprietários de terras	06/2024 a 05/2025
2.750	Produção de mudas	12/2024 a 09/2025
2.750	Plantios	05/2025 a 05/2026
2.750	Manutenção	05/2025 a 05/2028
2.750	Resultado monitoramento do CCB	05/2026 a 05/2056 (Anualmente)

Em 2023, 2024 e 2025 do montante recebido das parcelas nº 01/34, 02/34, 03/34, 04/34 e 05/34, no valor total de R\$ 206.799, foi utilizado a quantia de R\$ 124.746 (2024, 2023 R\$ 65.167 e em 2025 R\$ 59.579) para o desenvolvimento das atividades de restauração da área de proteção, totalizando R\$ 82.053 (R\$ 48.745 classificados como passivo circulante e R\$ 33.308 classificado como passivo não circulante).

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A seguir, demonstramos as receitas e custos do Astrazeneca transitados no superávit do exercício:

	2025	2024
Receitas do Projeto Astrazeneca Realizado	62.118	42.272
Custo do Projeto Astrazeneca Realizado	(51.103)	(37.757)
Total	11.015	4.515

Custos do Projeto Astrazeneca Realizados

	2025	2024
Serviços de florestamento e jardinagem	(35.101)	(20.440)
Serviços de assessoria e consultoria	(1.718)	(1.023)
Serviços de educação, instrução e treinamento	(667)	(364)
Despesas operacionais	(403)	(4.466)
Despesas com materiais de consumo	(11.531)	(7.567)
Despesas financeiras	-	(2.239)
Despesas com pessoal	(874)	(578)
Despesas com viagens	(151)	(94)
Serviços de organização de eventos	(1)	(2)
Serviços técnicos e científicos	(63)	-
Despesa com manutenção/locação	(247)	(158)
Outros custos	(347)	(826)
Total	(51.103)	(37.757)

14. Projetos a executar

O saldo da rubrica contábil “Projetos a executar” representa os recursos vinculados recebidos de parceiros/patrocinadores, os quais atuam como financiadores de projetos voltados ao reflorestamento e conservação da biodiversidade, ainda não utilizados pela Companhia. Tais recursos possuem destinação específica para a execução dos respectivos projetos, sendo apropriados ao resultado à medida que as despesas correspondentes são incorridas, conforme evidenciado na Demonstração de Superávit/Déficit do Exercício como repasse de recursos dos projetos.

Os saldos são segregados entre circulante e não circulante, de acordo com o cronograma estimado de realização dos projetos.

O saldo dos projetos no encerramento do exercício é demonstrado considerando a seguinte composição: saldo contratual deduzido dos valores já realizados, representados pelos saldos mantidos em conta corrente bancária, aplicações financeiras e conta bancária no exterior (NY).

Abaixo apresentamos a composição dos saldos com restrição, registrados entre as rubricas do ativo e do passivo, os quais refletem os recursos recebidos e ainda não executados no âmbito dos respectivos projetos.

	Nota Explicativa	2025
Bancos conta movimento	4	9.162
Aplicações financeiras	4	18.422
Aplicações financeiras	4.1	12.237
Adiantamentos	5	233
Fornecedores	10	(244)
Outras contas a pagar	-	(52)
Provisão de férias/13º salário e encargos	11	(121)
Salários, ordenados e encargos	11	(130)
Projetos a executar	14	(39.507)
Divergência		-

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Projetos	2025	2024
Agroecologia em redes BNDES	1.784	5.273
Beneficiamento de Produtores do Cantareira	150	-
Biofílica (Direitos de cessão de RVE's) (ii)	3.252	3.434
Biofílica Pachama (Direitos de cessão de RVE's) (i)	2.038	2.383
CAF - America	1	57
Detetives ecológicos = We Forest	367	363
Ecosia	1.799	121
Embaixada - Pantanal Summit	1.440	8
Escolas Climáticas do Cantareira	7	27
Forum Florestal Bahia	50	-
Funbio Restauração	6	301
Fundo Nacional do Meio Ambiente	119	353
Fundo Nacional Mudança do Clima	245	621
GIZ - Plano de Ação Voluntariado	24	18
Lira BNDES	-	6.191
Lira Moore	777	836
Lira Moore II	16.675	20.251
MIF Pantanal	42	132
Monitoramento Participativo da Biodiversidade (MPB Moore)	20	28
Natura II	371	474
One Tree Planted	367	1.335
Petrobrás III	-	5
Petrobrás IV	1.592	-
Pew Pantanal	404	445
Plant for the Planet	85	127
Projeto GEF Vida Silvestre	4.815	-
Projeto Gestão Uc's	64	90
Projeto Grupo Mais Unidas	199	-
Projeto Reconectando a Vida no Brasil	294	347
Projeto Re flora	492	869
Renova	-	71
Renova Restauração	-	794
Renova Fase II	-	397
Semeando Água - CAF	1.054	1.247
Semil - Sima	365	462
Teia	12	100
Territórios da Vida Silvestre	33	-
União Química	564	1
Total	39.507	47.161
Circulante	26.890	29.073
Não circulante	12.617	18.088
Total	39.507	47.161

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(i) Biofilica Pachama (Direito de Ativo de terceiros em formação e RVE's)

Do montante de R\$ 8.025 recebido durante os exercícios de 2025 e 2024, 2023 conforme previsto em contrato, a Administração do IPÊ utilizou em 2025 e 2024, 2023 a quantia de R\$ 5.987 para o desenvolvimento das atividades de restauração da área de proteção encerrando os saldos das contas de Bancos e Projetos a Executar no montante de R\$ 2.038.

(ii) Biofilica II (Direito de Ativo de terceiros em formação e RVE's)

Durante os exercícios de 2022, 2023, 2024 e 2025 do montante recebido de R\$ 8.000, a Administração do IPÊ utilizou a quantia de R\$ 4.748 para o desenvolvimento das atividades de restauração da área de proteção encerrando os saldos das contas de Bancos e Projetos a Executar no montante de R\$ 3.252.

A seguir, demonstramos as receitas e custos dos projetos transitados nos superávits dos exercícios:

	2025	2024
Receitas dos Projetos Realizados	20.719	20.657
Custos dos Projetos Realizados	(20.719)	(20.657)
Total	-	-

Custos dos Projetos Realizados

	2025	2024
Serviços de florestamento e jardinagem	(2.098)	(2.273)
Serviços de assessoria e consultoria	(3.822)	(3.257)
Serviços de educação, instrução e treinamento	(1.632)	(1.882)
Despesas operacionais	(1.199)	(655)
Despesas com materiais de consumo	(754)	(836)
Serviços de assessoria projetos	(322)	(442)
Despesas financeiras	(1.404)	(1.220)
Serviços de apoio Administrativo	(1.044)	(1.055)
Despesas com pessoal	(2.461)	(1.652)
Serviços de pesquisa e desenvolvimento	(460)	(695)
Despesas com viagens	(1.856)	(3.739)
Serviços de organização de eventos	(12)	(75)
Serviços técnicos e científicos	(47)	(202)
Serviços gráficos e de comunicação visual	(188)	(1.061)
Manutenção/Locação	(780)	-
Outros custos	(2.640)	(1.613)
Total	(20.719)	(20.657)

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Apresentamos abaixo a conciliação dos saldos com restrição:

15. Adiantamentos de Projetos (Receitas a apropriar)

	2025	2024
Lira Moore II	541	811
Caf Metlife	93	125
Forum Bahia	33	-
We Forest	1	-
Astrazeneca	5.417	-
Plant For The Planet	1	-
Ecosia	171	-
	6.257	936
Circulante	6.257	936
Não circulante	3.938	-
Total	10.195	936

Refere-se aos adiantamentos de 10% de *overhead* dos Projetos com e sem restrição, sendo eles Caf Metlife e Lira Moore II, Fórum Bahia, We Forest, Plant For The Planet, Ecosia e Astrazeneca que serão alocados de acordo com a execução dos projetos. Esses adiantamentos são utilizados para manter a estrutura administrativa e executiva do Instituto, uma vez que demandam controle gerencial e financeiro até sua finalização.

16. Patrimônio líquido

16.1 Patrimônio social

O Patrimônio Social representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição. As rendas geradas pelo Instituto são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1.

16.2 Fundos Patrimoniais

Refere-se ao valor original do Fundo *Endowment* no montante de R\$ 15.966 (R\$ 14.300 em 31 de dezembro de 2024) mantidos em aplicação financeira, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

16.3 Ajustes de exercícios anteriores

Visando aprimoramento no processo de governança e na gestão de projetos e programas, com destaque para projeto de natureza privada, em 2024 foram implementadas melhorias de práticas contábeis, controles financeiros e operacionais.

Tais melhorias tiveram por objetivo primordial, além do exercício de boas práticas contábeis, ser o mais fidedigno possível ao cronograma de execução dos projetos e oportunizar mais transparência aos interessados em acompanhar nossos resultados.

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Neste contexto de aprimoramento, fez-se necessária a reclassificação de ativos e passivos, circulante e não circulante, de contratos que regem projetos com entregas de longo prazo, adequando-os a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros.

Essa alteração na prática contábil resultou em ajustes sendo que parte deles tinham efeito retrospectivo em exercícios anteriores e a Administração optou por registrá-los dentro do patrimônio líquido em 2024. Os ajustes retrospectivos somaram R\$ 3.172 mil.

Por fim, optou-se pelo ajuste de exercício anterior, e não pela reapresentação dos resultados, com o objetivo de manter transparência das práticas e dos números divulgados anteriormente.

17. Receitas de financiadores e doadores

As receitas de financiadores e doadores são provenientes de doações de empresas privadas, fundações, governo, organizações nacionais e internacionais, destinadas ao cumprimento do objeto social do Instituto.

	2025	2024
Organizações Internacionais	5.842	6.755
Entidades Privadas Internacionais	-	110
Pessoas Físicas Internacionais	233	10
Organizações Nacionais	152	205
Entidades Privadas Nacionais	1.073	888
Pessoas Físicas Nacionais	319	267
Outras Receitas	791	5.720
Total	8.410	13.955

O Instituto reconhece majoritariamente como outras receitas o montante correspondente a 10% dos valores recebidos de financiadores, conforme política contábil adotada. Observa-se diminuição representativa do saldo em 2025 quando comparado a 2024, em decorrência do fluxo de execução dos projetos financiados. Referidos valores são reconhecidos no resultado à medida que os projetos são realizados, em conformidade com o regime de competência.

18. Receita líquidas de vendas e prestação de serviços

	2025	2024
Prestadores de serviços	11.865	6.025
Vendas	135	128
	12.000	6.153
Deduções das receitas		
ISS	(118)	(145)
ICMS	(12)	(21)
	(130)	(166)
Total	11.870	5.987

A receita com prestação de serviços é proveniente majoritariamente de cursos realizados pela ESCAS (R\$ 667), restauros (R\$ 8.667) e monitoramento socioambiental (R\$ 1.002).

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A receita com vendas é decorrente da venda de produtos fabricados por empresas que promovem as causas defendidas pelo Instituto e que incluem a marca do IPÊ nos produtos como forma de divulgação dos trabalhos efetuados pelo Instituto.

19. Despesas e Custos de pessoal

	2025	2024
Despesa de Salários e indenizações	(781)	(709)
Despesa de encargos sociais	(347)	(343)
Despesa de Benefícios	(222)	(121)
Despesa de Férias	(97)	(108)
Despesa de 13º Salário	(86)	(69)
Despesa de Uniformes e equipamentos de segurança	(26)	(7)
Despesa de Contribuição sindical	(13)	(5)
Total	(1.572)	(1.362)

	2025	2024
Custos de Salários e indenizações	(289)	(148)
Custos de Encargos sociais	(129)	(84)
Custos de Benefícios	(110)	(337)
Custos de Férias	(32)	(17)
Custos de 13º Salário	(25)	(12)
Custos de Uniformes e equipamentos de segurança	(37)	(18)
Custos de Contribuição sindical	-	(1)
Total	(622)	(617)

20. Despesas e Custos administrativos e operacionais

	2025	2024
Despesa de Material de campo	(16)	(1)
Despesas com manutenção/locação	(823)	(239)
Despesas de viagens	(543)	(523)
Despesa de Publicação e divulgação	(176)	(139)
Despesa de Combustível	(162)	(95)
Despesa de Seguro	(85)	(72)
Despesa de Alimentação	(343)	(301)
Despesa de Manutenção de rede	(152)	(175)
Despesa de Insumos Agrícolas	(1)	(1)
Outras despesas	(342)	(302)
Total	(2.643)	(1.848)

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2025	2024
Custos de Material de campo	(59)	(222)
Custos de manutenção/locação	(269)	(366)
Custos de viagens	(535)	(880)
Custos de Publicação e divulgação	(4)	(42)
Custos de Combustível	(171)	(252)
Custos de Seguro	(48)	(58)
Custos de Alimentação	(88)	(54)
Custos de Manutenção de rede	(1)	-
Custos de Insumos Agrícolas	(304)	(517)
Outros Custos	(171)	(218)
Total	(1.650)	(2.609)

21. Despesas e Custos com prestadores de serviços

	2025	2024
Despesa de Serviços de educação, instrução e treinamento	(1.512)	(1.262)
Despesa de Serviços de pesquisa e desenvolvimento	(27)	(17)
Despesa de Serviços de apoio administrativo	(759)	(717)
Despesa de Serviços de assessoria e consultoria	(978)	(488)
Despesa de Genérico PSPJ e PSPF	(269)	(181)
Despesa de Serviços de florestamento e jardinagem	(12)	(29)
Despesa de Serviços de Assessoria Projetos	(109)	(99)
Despesa de Serviços de Organização de Eventos	(38)	(3)
Despesa de Serviços gráficos e comunicação visual	(103)	(132)
Despesa de Serviços Técnicos e Científicos	(1)	(4)
Despesa de Outros serviços	(1.003)	(746)
Total	(4.811)	(3.678)

	2025	2024
Custos de Serviços de educação, instrução e treinamento	(957)	(723)
Custos de Serviços de pesquisa e desenvolvimento	(755)	(708)
Custos de Serviços de apoio administrativo	(273)	(432)
Custos de Serviços de assessoria e consultoria	(950)	(998)
Custos de Genérico PSPJ e PSPF	(316)	(356)
Custos de Serviços de florestamento e jardinagem	(1.058)	(1.925)
Custos de Serviços de Assessoria Projetos	-	-
Custos de Serviços de Organização de Eventos	(25)	(26)
Custos de Serviços gráficos e comunicação visual	(14)	(380)
Custos de Serviços Técnicos e Científicos	(18)	(167)
Outros custos de serviços	(803)	(438)
Total	(5.169)	(6.153)

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

22. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
<u>Receitas financeiras</u>		
Variação Cambial / Monetária	18.291	6.884
Juros sobre aplicações financeiras	21.384	9.336
Juros e multas recebidos	3	3
Total	39.678	16.223
<u>Despesas financeiras</u>		
Tarifas bancárias	(2.435)	(81)
Juros	(38)	(31)
IRRF s/ aplicações financeiras	(2.747)	(494)
Multas e juros	(12)	(13)
Cofins sobre Receita Financeira	(955)	(165)
Variação Cambial / Monetária	(1.594)	(491)
Desconto concedido	(1)	(10)
Total	(7.782)	(1.285)
Total	31.896	14.938

a) Houve aumento representativo das receitas com variação cambial em 2025, decorrente do fato de a referida conta possuir majoritariamente natureza de variações cambiais relacionadas ao recebimento de recursos do projeto AstraZeneca (conforme descrito na Nota Explicativa 13).

O valor da receita do projeto foi fixado no momento inicial da assinatura do contrato, sendo que as oscilações cambiais são reconhecidas no resultado à medida que ocorrem os recebimentos dos repasses.

Dessa forma, a variação observada no período decorre (i) do maior volume de recebimentos ao longo de 2025 e (ii) da valorização do dólar em 2025 quando comparado a 2024.

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

23. Trabalho voluntário

A Administração do Instituto não remunera, por nenhuma forma, seus dirigentes, conselho de administração e conselho fiscal pelos serviços prestados.

Conforme estabelecido pela ITG 2002 (R2) – Entidades sem Finalidade de Lucros, a Administração do Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, o valor apurado foi de R\$548 mil (R\$ 533 mil em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstramos a seguir:

TRABALHO VOLUNTÁRIO - 2025				
Cargos	Milhares de Reais			
	Horas Trabalhadas	Taxa Horária	Quantidade	Valor Total
Diretora Presidente	935	0,34	1	318
Diretor Vice-Presidente	144	0,34	1	49
Membros do Conselho de Administração	15	0,34	11	56
Membros do Conselho Fiscal	8	0,34	3	8
Docentes ESCAS	23	0,34	15	117
Total	1125		31	548

24. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores legais, não há qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedido contra o Instituto com probabilidade de perda provável ou possível na data base de 31 de dezembro de 2025.

25. Gerenciamento de risco financeiro

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados na execução dos projetos. São necessárias revisões periódicas nos planejamentos e orçamentos para execução de cada projeto, visando manter uma margem de erro zero quanto aos valores propostos e o executado. O Instituto, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento internos, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações.

▪ Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de déficit resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido em virtude de procedimentos de avaliação de contas-correntes e aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras.

Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

▪ Risco de liquidez

É o risco que o Instituto encontrará em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

• Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Instituto busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

• Risco operacional

Risco operacional é o risco de déficits diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a execução de projetos e serviços prestados que podem estar relacionados aos fatores de composição das metas e planejamento como déficit de pessoal especializado, tecnologias envolvidas etc.

• Administração de capital

A Administração procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos. Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Instituto para manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Instituto possui somente instrumentos financeiros classificados como “Aplicações financeiras”. Os respectivos saldos nas datas dos balanços não diferem de forma relevante de seus valores justos. Em 31 de dezembro de 2025, o Instituto esteve com seu capital circulante líquido positivo no montante R\$ 36.318 (R\$ 32.682 positivo em 31 de dezembro de 2024).

26. Isenções tributárias

De acordo com o art. 150, parágrafo 6º. da Constituição da República Federativa do Brasil o Instituto é isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97.

O Instituto não está isento de suas obrigações previdenciárias e não goza de qualquer benefício desta natureza. Suas obrigações trabalhistas, tais como contribuições ao INSS e FGTS, são calculadas sobre os proventos da Folha de Pagamentos, assim como o PIS que é calculado pela aplicação do percentual de 1% sobre os proventos pagos aos funcionários. A partir de julho de 2015, o Instituto passou a recolher a COFINS sobre suas receitas financeiras, restabelecido pelo Decreto nº 8.426/2015 conforme previsão legal com base na Lei 10.865/2004.

27. Seguros (não auditado)

A política do Instituto é a de manter cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.